



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150389 - PE (2021/0219618-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**RECORRENTE** : RONALDO SEBASTIAO DE MELO  
**RECORRENTE** : JOSE COSMO DA SILVA  
**RECORRENTE** : ELSON AMARO DO NASCIMENTO (PRESO)  
**ADVOGADO** : YURI AZEVEDO HERCULANO - PE028018  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**CORRÉU** : FLAVIO ATILA DA SILVA LEITE  
**CORRÉU** : VICENTE MENDES SILVA NETO  
**CORRÉU** : MARCIA CARNEIRO DOS SANTOS LEITE  
**CORRÉU** : LENDINILSON JOSE AROUCHA  
**CORRÉU** : PATRICK NATHAN DOS SANTOS SILVA  
**CORRÉU** : CARLOS HENRIQUE DA SILVA  
**CORRÉU** : HEVINY DAVID BIONES DA SILVA  
**CORRÉU** : ISABELE FERREIRA DE LIMA  
**CORRÉU** : DIANA ANDREA SANTOS DE LIMA  
**CORRÉU** : VIVIANA MORAIS DE LIMA CAVALCANTE  
**CORRÉU** : ROSANGELA RAMOS DA SILVA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RONALDO SEBASTIAO DE MELO, JOSE COSMO DA SILVA e ELSON AMARO DO NASCIMENTO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 1215-94.2021.8.17.9000).

Os recorrentes foram presos preventivamente, no dia 29/7/2020, pela suposta prática dos delitos de peculato (art. 312 do Código Penal) e organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013).

A defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta aos acusados, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega, ainda, excesso de prazo da segregação cautelar, pois os recorrentes estão presos há quase um ano sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, o que, por si só, já denota a ilegalidade da prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva

imposta aos recorrentes, ainda que com a adoção de outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A respeito do alegado excesso de prazo, o acórdão recorrido consignou o seguinte (fls. 137-138):

No caso presente, a documentação acostada aos autos aponta que a ação penal foi instaurada em face de 14 (quatorze) réus assistidos por advogados diversos, todos acusados de integrar organização criminosa dedicada, desde o ano de 2017, à manutenção de um esquema de apropriação de dinheiro público conhecido como “rachadinha”, sendo-lhes imputadas as condutas correspondentes: a peculato, falsificação de documentos e frustração de direitos trabalhistas.

Ademais, segundo as informações prestadas pela autoridade coatora, os pacientes foram presos em 29/07/2020, a denúncia foi recebida em 13/08/2020 e foram analisados vários pedidos de revogação da prisão formulados pelos diversos acusados, encontrando-se o feito aguardando a apresentação da resposta escrita de apenas um réu para que em seguida seja designada audiência (ID 15274228).

Importante destacar que durante a maior parte do ano de 2020 as atividades presenciais no Poder Judiciário permaneceram suspensas em razão da pandemia do novo coronavírus, situação que persiste neste início de 2021 face ao recrudescimento do quadro pandêmico, o que configura motivo de força maior que justifica eventual retardo na marcha processual.

No tocante à necessidade da segregação, assim consignou o voto-condutor (fls. 143-146):

Pelo visto, a decisão que decretou a prisão preventiva foi proferida com a devida fundamentação, uma vez que nela é ressaltado que os pacientes, aparentemente agindo a mando do corréu e vereador “Flávio do Fórum”, tentaram intimidar testemunhas e investigados, inclusive nos seus locais de trabalho, instigando-os a não falarem em sede policial. A propósito, em um dos depoimentos transcritos pelo juiz de piso, um investigado afirmou que os pacientes são “pessoas perigosas” que “fariam tudo o que o vereador mandar”.

Além disso, destacou o magistrado em sua decisão que os pacientes descumpriram as medidas cautelares diversas da prisão que lhes foram impostas, sobretudo a de não manter contato com testemunhas e corréus, inclusive tendo o paciente Ronaldo Sebastião de Melo, segundo o depoimento de um corréu, afirmado que “eu sei que não posso fazer isso, mas eu tenho que fazer”.

Diante disso, é oportuno salientar que o fato de os pacientes, que seriam integrantes da organização liderada pelo vereador “Flávio do Fórum”, promoverem intimidações de testemunhas e de investigados justifica a decretação da prisão preventiva, ainda mais em se tratando de crimes contra a Administração Pública, conforme entendimento sedimentado pelo STJ, exemplificado neste acórdão:

[...]

A verdade é que a prisão preventiva se faz necessária ante a gravidade concreta da conduta e da periculosidade atribuídas aos pacientes, posto que eles integrariam uma organização criminosa bem articulada que atuaria na Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho desde 2017 visando a reiterada apropriação de recursos públicos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, bem como a complexidade que envolve a análise do alegado excesso de prazo, neste caso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente